

Ilma., Senhora Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC

Ref: Tomada de Preço Nº 012/2015

Rekursiva: Elevar Construções e Serviços Eireli.

## 1 - DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.

O prazo para interposição do Recurso Administrativo é de 05 dias úteis, a contar a data de intimação do ato, excluindo-se o do vencimento, consoante estabelece a Lei Nº 8.666/93. *In verbis*:

*Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta lei cabem:*

*I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:*

*(...)*

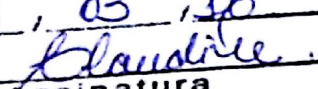
*(a) Habilitação, inabilitação ou desclassificação do licitante.*

*(...)*

*II- § 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas A, B, C e E, deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas a e b, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.*

*(...)*

*Art. 110. na contagem dos prazos estabelecidos nesta lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.*

CPL/SEMEC  
RECEBIDO  
09 / 03 / 16  
  
Assinatura  
Claudine S. Ferreira  
Mat. 385166010  
CPL/SEMEC 11:58

Assim, tendo o resultado da licitação publicado (AnexoI) no dia 02 de Março de 2016 (Quarta-feira), o prazo para interposição de recurso somente vencerá no dia 09 de Março de 2016 (Quarta-Feira). Plenamente tempestivo, portanto, o presente recurso, merecendo ser conhecido e analisado.



**VAR**  
**VAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI- EPP**  
**II - DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO.**

O presente Documento busca através do espírito de justiça a reforma da decisão protelada pela Comissão Técnica que desclassificou esta Empresa licitante ao referido certame. Não nos restando alternativa, senão, lançar mão da presente ferramenta recursal para expormos nosso inconformismo e promovermos o reparo da deliberação, baseado na Lei e nos articulados a seguir.

**III - DA DESCLASSIFICAÇÃO.**


Primeiramente, é válido salientar que a Elevar Construções e Serviços Eireli, é uma Empresa sólida e cumpridora de seus compromissos, tanto no que alude a execução de seus serviços, quanto às relações de trabalho pactuado entre Sindicato de empregadores e empregados.

Ocorre que em análise técnica proferida pelo setor responsável, foi advertido que segundo os critérios de julgamento do setor responsável, levando em consideração os ditames do edital, a empresa está em conformidade nos seguintes requisitos:

- a) *Nos preços unitários (sem o BDI) que não foram superiores aos valores constantes no Orçamento Prévio Estimado.*
- b) *No Cronograma físico-financeiro que evidenciou todas as etapas de execução e cronograma de desembolso dos serviços.*
- c) *Na indicação de preços por item, unitário e total, em moeda corrente do país.*
- e) *Na composição analítica das taxas de B.D.I. - Bonificação e Despesas Indiretas, com a indicação de Taxa Percentual positiva para cada um dos itens listados em sua composição. Com o impedimento de inclusão de quaisquer despesas passíveis de mensuração objetiva na proposta, tais como transporte de materiais, equipamentos e Administração Local.*
- f) *Na composição analítica das taxas de Encargos Sociais de Horistas e de Mensalista aplicadas, onde percebeu-se a indicação de Taxa de Percentual positiva para cada um dos itens listados.*
- g) *No Prazo de validade da proposta que foi inferior a 90 (noventa) dias contados da data da abertura da Licitação.*
- h) *No Prazo para execução dos serviços, que não planejou-se ultrapassar 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.*
- i) *Na Declaração explícita do prazo de garantia integral dos serviços, de no mínimo 5 (cinco) anos, na forma do artigo 618 do Novo Código Civil, durante o qual o licitante se comprometeu em solucionar os problemas decorrentes de falhas ou inadequações do serviço, num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da comunicação formal da Semec e do recebimento pela contratada, na forma do art. 69 combinado com o art. 73, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.*

**END. TRAV. BARÃO DO TRIUNFO, 2949, MARCO CEP: 66087-270**  
**CONTATO: FONE/FAX: 91- 3226 9580 / contatoelevar@yahoo.com.br**  
**CNPJ: 17.579.363/0001-26**

**www.elevarconstrucoes.com**

 2



9.6 - Na Proposta que foi assinada e carimbada na última folha e rubricada nas demais, pelo representante legal do licitante, e suas folhas numeradas sequencialmente.

Porém, a análise indicou que a proposta desta Empresa está em "Não conformidade" em sua alínea "d":

d) Composição de custos unitários constando obrigatoriamente os quantitativos de material e mão de obra, bem como os percentuais adotados para os encargos sociais e BDI.

E o parecer concluiu descrevendo o seguinte:

"Conforme análise da proposta da empresa em questão, relatamos que alguns dos quesitos foram atendidos em acordo como preconiza o edital do certame, entretanto, encontramos **Uma Não Conformidade**: no item d) A Empresa apresentou na Planilha de Composição de Preço Unitário, o valor do **Ajudante igual ao valor do Servente R\$ 4,14**, sendo que o correto seria R\$ 4,30, desta forma a empresa **ELEVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP** não está considerando a Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016 em vigor. Sendo assim, esta empresa não atendeu o Edital Tomada de Preço Nº 012/2015-CPL/SEMEC- Processo Nº 1940/2015-SEMEC".

#### **IV - DAS RAZÕES DA REFORMA.**


Preliminarmente, é sempre valioso advertirmos e lembrarmos o que ordena o Art. 3º consubstanciado no caput dos Arts. 44 e 45 da Lei N.º 8.666/93:

"Art. 3º a Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos"

É importante também frisarmos que a Empresa **ELEVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP** preconiza todos os acordos trabalhistas pactuados entre sindicatos de empregadores e de empregados estabelecidos nas Convenções Coletivas vigentes, como veremos. Porém, é bom clarificarmos e identificarmos previamente os trabalhadores básicos na construção civil, segundo o **Sinduscon**- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção Civil:

END. TRAV. BARÃO DO TRIUNFO, 2949, MARCO CEP: 66087-270  
CONTATO: FONE/FAX: 91- 3226 9580 / contatoeleva@yahoo.com.br  
CNPJ: 17.579.363/0001-26

**www.elevarconstrucoes.com**



3



**Categoria I:**

Composta por profissionais com formação de nível médio efetuada em escolas profissionalizantes do ramo da construção civil; Encarregado; Operador de máquinas e equipamentos pesados, etc.,

A estes profissionais a Convenção Coletiva 2015/2016, estabelece o piso salarial de R\$ 1.397,73, que divididos por 220 hs, chega-se ao valor de R\$ 6,35 a hora de trabalho.

**Categoria II:**

Composta por profissionais como topógrafo, almoxarife e demais funções assemelhadas e formada por trabalhadores com nível fundamental completo.

A estes profissionais a Convenção Coletiva 2015/2016, também estabelece o piso salarial de R\$ 1.397,73, que divididos por 220 hs, chega-se ao valor de R\$ 6,35 a hora de trabalho.

**Categoria III:**

Composta por profissionais, denominados oficiais. Sendo assim considerados os Pedreiros, Carpinteiros, Pintores, Ferreiros, Armadores, Eletricista, Telhadistas, etc.

A estes profissionais a Convenção Coletiva 2015/2016, estabelece o piso salarial de R\$ 1.261,11, que divididos por 220 hs, chega-se ao valor de R\$ 5,73 a hora de trabalho.

**Categoria IV:**

Composta por profissionais, denominados Meio-oficiais, sendo assim considerados os Serventes e Ajudantes habilitados.

Sendo assim considerados os Serventes habilitados, Ajudantes especializados (ajudante de pintor, ajudante de eletricista, ajudante de carpinteiro, etc.) São profissionais aptos executar tarefas auxiliares no canteiro de obras: escavar valas, transportar e/ou misturar materiais, arrumar e limpar obras, montar e desmontar armações, etc. Porém tbm são especialistas em outras funções além de estarem aptos no manejo de equipamentos como, por exemplo, martetele, compactador de solo elétrico, etc).

A estes profissionais a Convenção Coletiva 2015/2016, estabelece o piso salarial de R\$ 946,53, que divididos por 220 horas, chega-se ao valor de R\$ 4,30 a hora de trabalho.

**Categoria V:**

Composta por profissionais como Serventes, Vigia (sem porte e uso de arma), Arrumadeiras e Ajudantes em geral.

A estes profissionais a Convenção Coletiva 2015/2016, estabelece o piso salarial de R\$ 910,87, que divididos por 220 horas, chega-se ao valor de R\$ 4,14 a hora de trabalho.

Como claramente informado, o profissional Ajudante, é distinto do Ajudante especializado tanto nas tarefas do canteiro de obras, quanto em seu salário.

A Empresa Elevar Construções e Serviços Eireli, deixa evidente essa diferença quando demonstra em seu orçamento o valor do Ajudante especializado e Servente habilitado a R\$ 4,30 com por exemplo na execução de "instalação de Split", e(ou) quando os serviços necessitam o emprego do profissional capacitado ao uso de equipamentos como compactador de solo, moto-serras, etc.. (vide no orçamento "aterro com material fora da obra"; "derrubada de árvores de porte médio" etc.). Assim

END. TRAV. BARÃO DO TRIUNFO, 2949, MARCO CEP: 66087-270  
CONTATO: FONE/FAX: 91- 3226 9580 / contatoeleva@yahoo.com.br  
CNPJ: 17.579.363/0001-26

**www.elevarconstrucoes.com**

 4



como, emprega o Ajudante geral a R\$ 4,14 a hora nas demais funções que não necessitariam a especialidade do profissional.

Portanto, fica fulgente que a Empresa Elevar Construções emprega de maneira correta o piso salarial a seus profissionais e está atenta as regras estabelecidas pelo Sinduscon. Assim como se torna nítido o equívoco na razão da desclassificação desta empresa recursiva.

Senão vejamos.

A Convenção Coletiva De Trabalho 2015/2016 (anexo II a este Recurso), cujo o número de registro no MTE: Pa 000733/2015 com data de registro no MTE: 21/10/2015 que tem abrangência aos Trabalhadores Indústria da Construção e do Mobiliário, com abrangência territorial em Ananindeua/PA e Belém/PA, estabelece o Piso Salarial deste profissionais na seguinte classificação:

*V - Para Servente, Vigia (sem porte e uso de arma),  
Arrumadeira e **Ajudante**, em geral e demais funções  
assemelhadas. R\$ 910,87  
(Grifos nosso)*

A Convenção Coletiva De Trabalho 2015/2016 (anexo III deste Recurso), cujo o número de registro no MTE: Pa 000785/2015 com data de registro no MTE: 09/11/2015 que tem abrangência aos Trabalhadores da Construção Civil, com abrangência territorial em todos os municípios do Estado do Pará, e estabelece as mesmas condições de trabalho já informadas:

*V - Para Servente, Vigia (sem porte e uso de arma),  
Arrumadeira e **Ajudante**, em geral e demais funções  
assemelhadas. R\$ 910,87  
(Grifos nosso)*

Portanto, inova a Comissão em desclassificar a Empresa Elevar Construções quando estabelece um piso salarial diferente do recomendado pelo Sindicato competente.


Assim, faz-se necessário, rigorosamente, a reconsideração do motivo que inabilitou esta Empresa, por razão da mesma encontrar-se pontualmente apta e observante às Leis em vigor.

#### **V - DO MÉRITO:**

Pontue-se de início, que a reconsideração da decisão se impõe por força do princípio da legalidade, que não permite a convalidação de ato ou decisão em desacordo com a Lei. A autoridade administrativa que pratica ato irregular ou contraditório a nível superior, tem o dever de reformá-lo, de modo a corrigir qualquer irregularidade.

**END. TRAV. BARÃO DO TRIUNFO, 2949, MARCO CEP: 66087-270**  
**CONTATO: FONE/FAX: 91- 3226 9580 / contatoelevar@yahoo.com.br**  
**CNPJ: 17.579.363/0001-26**

**www.elevarconstrucoes.com**

 5

**VI - DO PEDIDO:**

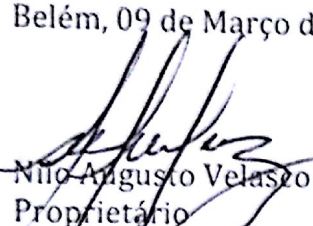
Diante do exposto e confiante no espírito de justiça que norteia os atos desta Comissão, a Empresa Elevar Construções e Serviços Eireli, requer e aguarda o devido acolhimento e provimento do presente Recurso Administrativo, no sentido de torna-la Classificada ao certame, levando em consideração que a razão da sua desclassificação foi isoladamente o que ficou exposto, comprovado e esclarecido neste documento.

Outrossim, que seja o presente recurso, remetido a autoridade superior para análise e decisão final, nos termos do Art. 109 parágrafo 4 da Lei 8.666/93.

Termos em que

Pede e espera deferimento

Belém, 09 de Março de 2016.

  
Nilo Augusto Velasco Rodrigues

Proprietário

Elevar Construções Comércio Serviços Eireli.